

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE JUNHO DE 2008**-----

-----Aos dezanove dias do mês de Junho de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Manuel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo nove horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**5 - ASSUNTOS DIVERSOS**-----

-----REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente submeteu à apreciação o Projecto de revisão do Regulamento em título, após audiência prévia e revisão do texto inicial no sentido de dar acolhimento às reclamações dos interessados, designadamente quanto aos Artigos dezoito e trinta e dois e taxas do ponto um.um do Quadro XII da Tabela.-----

-----Após apreciação e esclarecimentos fornecidos pelo Sr. Arqº António Forte, o Sr. Presidente propos a aprovação daquele instrumento urbanístico com eliminação do número cinco do Artigo dezoito, a alteração do número um do Artigo trinta e dois e fixação da já referida taxa, de instalação de infraestruturas de radiocomunicação, em mil duzentos e cinquenta euros.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que a taxa devia ser fundamentada num estudo, ao que o Sr. Presidente respondeu que será feito até ao fim do ano.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que se vai abster em toda esta matéria.-----

-----Submetido a votação foi o Projecto de Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Almeirim aprovado por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que:-----

-----"Não vou manifestar o meu voto relativamente a esta matéria dado que tenho sérias dúvidas quanto ao modo encontrado para determinar o valor da taxa. A Lei 53-E/2006 dispõe que a fixação de taxas deve ser suportada num estudo económico-financeiro. O legislador ao prever esta norma quis assegurar um equilíbrio e uma proporcionalidade entre o acto de licenciar e o serviço pretendido e/ou a remoção do obstáculo jurídico.-----

-----Nessa medida, não me sinto em condições de poder dar o meu voto favorável ao Projecto de Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação do Concelho que é susceptível até de violar o disposto no Artigo duzentos e quarenta e um da Constituição da República Portuguesa, porque a aprovação deste valor, na realidade, poderá configurar um verdadeiro imposto sobre os operadores.-----

-----Por fim, quero referir que foi acolhida a alteração ao número cinco do Artigo dezoito, o que era uma violação ao Decreto-Lei número 11/2003 e à Lei nº 5/2004, das Telecomunicações.-----

-----Face ao anteriormente disposto, irei abster-me na presente votação."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou:-----

-----"Subcrevo a declaração de voto do Vereador que me antecedeu e acrescento que considero que a revisão desta matéria específica e especializada não é fácil pelos impactos da mesma serem compreendidos por quem não acompanha dia-a-dia estas matérias. Daí considerar que deveriam ter sido criadas condições para uma explicação mais profunda de todas as alterações propostas, o que não aconteceu, por isso me abstenho.-----

-----Mais considero que a revisão deste Regulamento era uma oportunidade para também serem revistas e clarificada a forma de cálculo de taxas e licenças e valor das mesmas, que tem sido tão contestado em matéria tão controversa no Concelho, o que não aconteceu. Por isso me abstenho.”-----

-----PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente apresentou a proposta de alteração do Artigo trinta e quatro do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim e passou a palavra ao Arqº Artur Sampaio para fornecer as explicações sobre a necessidade desta actualização.-----

-----O técnico justificou a necessidade da medida e historiou o pedido de parecer à CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, que concedeu parecer final favorável, condicionado à introdução de pequenos ajustes de carácter formal em termos de articulado do normativo e da formalização de peças essenciais que incluam as fundamentações técnicas devidas por lei relativas à proposta de alteração, à inaplicabilidade do Regulamento Geral do Ruído e Relatório de Fundamentação da isenção de Avaliação Ambiental Estratégica. Segundo a própria CCDRLVT a proposta de alteração é passível de se enquadrar no nº 3 do Artº 96º do Decreto-lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, por se tratar de uma pequena alteração insusceptível de determinar efeitos significativos em nenhum dos factores ambientais definidos pela alínea e) do Artº 6º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho: biodiversidade, fauna, flora, solo, atmosfera, água, factores climáticos, população e saúde humana, bens materiais, património cultural e paisagem. Nos termos do nº 4 do Artº 96º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, a qualificação das alterações para efeitos de avaliação ambiental compete à Câmara Municipal, entidade responsável pela elaboração do Plano.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que, em relação a esta matéria de grande complexidade, temos um parecer positivo

mas condicionado. Em todo o caso considera que a autarquia devia comunicar à CCRLVT que vai acolher os procedimentos de alteração necessários.-----

-----O Sr. Arqº Sampaio voltou a lembrar, nos termos da legislação invocada, que é o executivo quem detém competência para entender que a alteração não vai provocar alterações significativas no ambiente, após o que, acrescentando as correcções necessárias, pode enviar para inquérito público.-----

-----Posto o assunto a votação, a Câmara deliberou, por maioria, considerar que a proposta alteração do Artigo trinta e quatro do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim configura uma pequena alteração insusceptível de determinar efeitos significativos em nenhum dos factores ambientais definidos pela alínea e) do Artº 6º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho; acolher os ajustes propostos pela CCDRLVT; e submeter a discussão pública a proposta de alteração da redacção da norma regulamentar.-----

-----Votou contra a Srª Vereadora Manuela Cunha que leu a seguinte declaração de voto:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido porque a alteração ao Artigo trinta e quatro do PUA agora proposta pela maioria PS, não obstante o parecer da CCDDR, porque esta decorre de uma alteração anterior ao mesmo Artigo trinta e quatro e ao Artigo trinta e sete, aprovada em dois mil e três, já na época com o voto contra da CDU na Câmara e na Assembleia Municipal. Este voto contra deveu-se ao facto de termos considerado, na época, que a aprovação da forma simplificada, efectuada em dois mil e três e publicada pela Declaração 227/2003, no Diário da República, Segunda Série, de 17 de Julho, feita a pretexto de clarificação do entendimento e interpretação destes Artigos, o que, nos termos legais, era classificado com base nas alterações por 'erros materiais', era na realidade uma alteração profunda do Plano de Urbanização, com implicações urbanísticas na cidade, visto que na sequência destas alterações foi permitida a construção dum quinto piso, até então proibido no PUA, alteração

que tem também implicações na densidade populacional de certas zonas.-----

-----Para a CDU esta alteração consubstancia uma ilegalidade, por duas razões:-----

-----1ª- por ir contra o estipulado do PDM, para que o PUA remetia.-----

-----2ª- porque não era, de facto, uma 'correção de erros materiais', era uma alteração de fundo que, segundo o nº 1 do Artº 96º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, não podia ocorrer por não terem decorrido três anos sobre a entrada em vigor do Plano.-----

-----O PUA tinha sido ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 71/2001, publicada em 20 de Julho, não tinham passado os três anos.-----

-----Conclusão: a alteração hoje posta à votação vem dar continuidade a esta irregularidade e à vontade do PS de consolidar a autorização de construção do quinto piso em toda a cidade de Almeirim, mesmo com os impactos hoje já visíveis que esta decisão teve na cidade, em particular na zona consolidada.-

-----Considero ainda, pessoalmente, que do ponto de vista visual, a alteração hoje introduzida ainda agrava mais os impactos visuais. E considero também que o aval da CCDR deve-se ao facto da análise que faz desta alteração não estar enquadrada com a alteração anterior."-----

-----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM - Foi presente O Relatório de Análise das Propostas para Construção do Centro Escolar de Almeirim, acompanhado da avaliação efectuada segundo os critérios definidos e nos termos da qual é proposta a adjudicação ao concorrente Nogueira e Matias, Lda, na sua proposta condicionada, com o prazo de duzentos e dez dias, pelo valor de um milhão quatrocentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta euros e um cêntimo, a que acresce o IVA.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse:-----
-----"Pergunto quando aprovou a Câmara o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso referentes a este concurso. Quanto a mim, estes nunca foram aprovados, a única coisa que veio a reunião de Câmara foi o projecto, para aprovação. Se isto se confirmar, e eu não ando distraída mas admito qualquer falha, não me sinto em condições de dar o meu voto favorável a um projecto se não participei na determinação das regras do jogo."-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse:-----
-----"Se a memória não me falha, o projecto veio a ratificação, depois de ter sido aceite e aberto o concurso. A Acta da Comissão de Análise das Propostas parece uma escrituração de escola primária. Estou preocupado quanto à forma como são elaborados certos actos praticados por membros das Comissões deste concurso."-----
-----Esta Acta deveria conter mais elementos essenciais sobre a análise das propostas, dado que os elementos contidos são manifestamente insuficientes face à lei. Posto isto, recomendo ao Sr. Presidente da Câmara que adopte as medidas necessárias para que, no futuro, se corrija esta prática, aliás, realço a importância de os recursos humanos desta casa que irão trabalhar directamente com o novo Código dos Contratos Públicos terem as formações necessárias, dado que, a partir de agora, recai sobre os mesmos responsabilidade civil, criminal e financeira pela prática de actos que violem, seja negligente ou dolosamente, o previsto na lei."-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse:-----
-----"Gostaria de subscrever a intervenção do meu colega do PSD e a preocupação que partilho e acrescentar que me questiono porquê nas reuniões de Câmara, contrariamente ao que se passou no anterior mandato, deixamos de aprovar as Actas da Comissão de Abertura das Propostas."-----
-----Não tendo tido acesso ao Caderno de Encargos e vendo agora que havia propostas condicionadas, não posso avaliar se havia razoabilidade nessa possibilidade. Espero que depois de tudo o

que foi aqui dito, esta obra não seja mais uma onde os trabalhos a mais venham posteriormente a aparecer e o tempo seja de facto respeitado, caso não haja condições adversas, casos fortuitos naturais inesperados que justifiquem o alargamento do prazo.”---

-----O Sr. Vice-Presidente referiu:-----

-----“É de realçar a importância do que estamos a aprovar, uma vez que parece estar a ser esquecido que esta obra é importantíssima para a cidade, sendo que, em seu resultado, iremos aumentar consideravelmente a oferta em termos de pré-escolar, iremos ter um edifício novo e moderno, adaptado às novas exigências do ensino - e realço isto na medida em que, aparentemente, muitas vezes se fala do acessório, postergando o fundamental.-----

-----Acrescento que o Caderno de Encargos era perfeitamente claro no seu objectivo e modo de o prosseguir, o que parece também importante de salientar.”-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Baptista subscreveu estas palavras.--

-----O Sr. Presidente declarou:-----

-----“Louvo os ‘meninos da nossa escola primária’ por fazerem um relatório como este, hoje aqui apresentado. Em lado nenhum se refere que este documento é uma Acta. É mencionado, inclusivamente, a legislação de suporte, o Artigo cento e vinte do Decreto-Lei cinquenta e nove de noventa e nove, de dois de Março, que, penso, ser a legislação que refere os relatórios da Comissão da Análise das propostas e não qualquer conceito de Acta. Na Ordem de Trabalhos consta a apreciação do Relatório e proposta nele contida. Também ali não é referida qualquer Acta e este Relatório, segundo julgo, cumpre o que, em termos legais é essencial que seja inscrito em relatórios do género, nomeadamente no que respeita aos prazos e valores, elementos essenciais que eram os dois critérios estabelecidos no Caderno de Encargos.-----

-----Este Caderno de Encargos foi presente à reunião de Câmara de quatro de Fevereiro de dois mil e oito, juntamente com o Programa de Concurso e o Projecto e foi, nessa mesma data,

ratificada a decisão de abertura do concurso, documentos aprovados com as abstenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício."-----

-----De seguida o Sr. Presidente submeteu à aprovação o Relatório da Comissão de Análise e a adjudicação da empreitada de Construção do Centro Escolar de Almeirim a Nogueira e Matias, Limitada, na sua proposta condicionada, pelo preço de um milhão quatrocentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta euros e um cêntimo, a que acresce o IVA.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, efectuar a adjudicação nos termos atrás indicados, com seis votos a favor e a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Esta autarca justificou a sua posição:-----

-----"Não duvidando da importância da obra em causa e só lamentando que ela não tenha sido já construída em dois mil e sete, tal como a maioria PS o propunha no PPI para esse ano, e talvez para anos anteriores, lamentando tanto mais que as crianças da cidade tiveram vários anos aulas em contentores...--

-----A Sr^a Vereadora Joana Batista disse que este foi o segundo ano.-----

-----Continuou a Sr^a Vereadora Manuela Cunha: " o que, quanto a mim e quanto à CDU não dignifica a educação nem cria melhores condições de aprendizagem.-----

-----Abstenho-me consciente de que a minha abstenção não vai impedir a obra de arrancar, mas com ela quero manifestar a minha reprovação por todo o procedimento seguido e acautelar a minha posição e da CDU perante todo o procedimento de concurso, que não foi transparente e ao qual, se desse o meu voto favorável, estava no fim a pôr as mãos no fogo, e isso é coisa que não faço quando não tive oportunidade para analisar e me pronunciar sobre os documentos que deveriam ter vindo a reunião de Câmara, como por exemplo, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos e que não vieram.-----

-----Relembro ainda que o concurso público foi publicado foi publicado em Diário da República antes da Câmara ter

conhecimento do mesmo e do próprio projecto da obra.-----
-----Por outro lado, gostaria de dizer ao Vereador Pedro Ribeiro que todas as obras públicas são importantes e necessárias, suponho eu, as que se fazem no Concelho são importantes e necessárias. Muitas delas quando são concretizadas já vêm tarde em relação às necessidades, no entanto isso não deve inibir as pessoas que foram eleitas para exercer funções públicas, de acautelar e respeitar procedimentos legais e zelar pelo interesse público, que passa também pela boa gestão dos dinheiros públicos e respeito dos procedimentos."-----
-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário disse:-----
-----"O novo Código Dos Contratos Públicos entra em vigor no dia trinta de Julho de dois mil e oito e como se sabe tem um maior número de exigências que melhor defendem o interesse público. Esta obra deveria ter sido concursada, antecipando a entrada em vigor do Novo Código, aliás, à semelhança do que o Governo está a fazer (DL nº 85/2008 de 27 de Maio), por exemplo no concurso de concessão para a implementação da rede ferroviária de alta velocidade em Portugal, referente ao troço Poceirão - Caia, que integra o eixo Lisboa -Madrid.-----
-----Se houvesse preocupação, por exemplo com os trabalhos a mais, este novo código defenderia muito melhor o interesse público.-----
-----Em relação à proposta de adjudicação, obviamente aprová-la-ei, apesar de todas as vicissitudes verificadas na abertura de concurso, nomeadamente a de só termos tido conhecimento do concurso, quando este já decorria, no entanto e dado que recolhi informações preocupantes, gostaria de perguntar se o Sr. Presidente me pode garantir, hoje dia dezanove de Junho de dois mil e oito, que o projecto concursado não tem de sofrer alterações, em virtude de ser inadequado. Haverá novo projecto? Quanto vai custar?"-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----
-----"O PSD entende que a construção do Centro Escolar de Almeirim é fundamental para as crianças e famílias do nosso

Concelho. O PSD não está contra a realização desta obra pública, mas está contra todas aquelas que não beneficiam as populações e o interesse público.-----

-----Contribuiu para o meu voto os documentos que foram trazidos a reunião de Câmara e faço fé que os mesmos estão de acordo com a lei.-----

-----Em todo o caso, não deixo de realçar que a crítica tem objectivos positivos, didácticos e pedagógicos quando se trata de corrigir situações que, a meu ver, deverão ser alteradas. A democracia é feita com opiniões divergentes e devemos saber aprender com as posições dos outros membros que têm assento nesta reunião de Câmara. Aos 'meninos de escola', certamente, não é exigível que saibam distinguir juridicamente o que é um aspecto formal de um material. Ao Sr. Presidente da Câmara Também não é exigível, dado que não é jurista. Em todo o caso, deveria aceitar as críticas positivas como uma boa prática para o futuro.-----

-----A título de esclarecimento, basicamente, Acta é o documento que reproduz um conjunto de factos ou eventos decorridos em determinado espaço temporal. O Relatório da Comissão não se pode confundir com a Acta, que é a mera exteriorização das vontades manifestadas nos termos acima referidos. Para finalizar, é evidente que o Decreto-Lei nº 59/99 não diz o que é um relatório da Comissão de Análise e uma Acta. Quanto a essa matéria, obviamente que é vista à luz do Código do Procedimento Administrativo que define em traços gerais a actuação dos entes públicos."-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Baptista disse:-----

-----"Fico satisfeita com a aprovação da adjudicação da empreitada para construção do Centro Escolar de Almeirim por reconhecer que é uma obra de extrema importância para a nossa população escolar, assim como para os pais. Apesar de há dois anos se ter optado pela colocação de blocos climatizados para, mais uma vez, como é hábito desta autarquia, satisfazer as necessidades das famílias dos alunos em causa com o alargamento

do horário porque, estando em salas de edifícios escolares, não poderiam usufruir das actividades extracurriculares que consideramos tão importantes para os alunos, essa foi uma situação transitória, para durar o tempo necessário à execução do projecto e do concurso. Mais considero que a construção do Centro Escolar estava previsto em Carta Educativa não em período anterior àquele em que foi adjudicado.”-----

-----O Sr. Presidente expressou:-----

-----“Manifestar a minha alegria pelo facto de este projecto ter sido o primeiro a ser candidatado aos fundos comunitários na região Alentejo/Lezíria e também ter sido o primeiro a ser aprovado. Este facto justifica não ter sido iniciada a sua construção em dois mil e sete. Por outro lado, o facto de irmos acabar com a utilização dos monoblocos, recurso a que fomos obrigados pelo facto de ter havido mudança de estratégia ao nível do primeiro ciclo, nomeadamente ter-se acabado o regime de desdobramento e terem sido introduzidas disciplinas de enriquecimento curricular. Com este edifício vamos ter todas as condições para a leccionação do primeiro ciclo e do pré-primário.”-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - Foi presente o Processo número sessenta e um de dois mil e oito, de José Manuel Figueiredo Nunes dos Santos, para construção de três blocos habitacionais, anexos e muros no seu terreno na Rua Manuel Moreira Cigano, em Fazendas de Almeirim.-----

-----Tem informação da DHU segundo a qual o processo deve ser instruído com elementos técnicos; que a fracção A não cumpre as normas técnicas de acessibilidade anexas ao Decreto-lei 163/2006; e que por ser uma operação urbanística com impacte relevante para efeitos de cedências de terreno para zonas verdes e equipamentos de utilização colectiva ao município, deve a Câmara deliberar sobre o requerimento do particular pelo qual

pretende pagar uma compensação em detrimento da cedência de trezentos e setenta e oito metros quadrados de terreno ao domínio público.-----

-----O Sr. Presidente referiu que o particular terá de cumprir as normas legais atinentes à construção e o executivo só tem de se pronunciar se aceita o seu pedido de pagamento de compensação ou pretende receber o terreno.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que gostaria de mais tarde ter evidência do cumprimento pelo particular do que é proposto pelo Arquitecto, relativamente ao ponto dois.quatro.três das Normas Técnicas do indicado Decreto-Lei.---

-----O Sr. Presidente disse que trezentos e setenta e oito metros quadrados não será uma área desprezível para a instalação de equipamento público e o particular deve reformular o projecto de modo a que da área a ceder ao domínio público haja um melhor aproveitamento, que pode passar por recuar um pouco mais a construção, de forma a melhorar o aproveitamento do espaço destinado a infraestrutura pública.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que:-----

-----"A CDU, sobre esta matéria disse sempre o mesmo: nós consideramos que prescindir de um espaço público total ou parcialmente é prejudicial porque a cidade e as vilas constroem-se e a sua vivência dinamiza-se a partir do espaço público, que é fundamental para o bem estar dos aglomerados urbanos. Por isso, tenho-me sempre absterido ou votado contra as compensações.-

-----No entanto, acho que estas cedências a conta-gotas se evitariam se aprovássemos os Planos de Pormenor para estes aglomerados e deixássemos de ter neste Município uma política de loteamento parcelar que não permite definir previamente uma estratégia de urbanização para os bairros e também de localização das infraestruturas públicas e determinar a partir dum debate alargado e planeado o desenho urbano. A opinião de que os Planos de Pormenor são fundamentais, contrariando uma política de loteamentos, tem sido sempre defendida pela Ordem dos Arquitectos."-----

-----Submetido a votação, a Câmara deliberou indeferir o pedido de pagamento de compensações e recomendar a remodelação do projecto de loteamento com vista a um melhor aproveitamento do espaço público.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----"Subscrevo o indeferimento do pedido face às explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara. Subscrevo também a preocupação manifestada pela minha colega Manuela Cunha dado que aquela freguesia carece de um Plano de Pormenor de forma a melhorar a gestão urbanística da Vila. Certamente, com a construção do novo condomínio de luxo para prisioneiros, pode ser uma boa oportunidade para resolver os problemas de urbanismo na freguesia."-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-
Universidade Sénior de Almeirim - mil cento e vinte e dois euros e quarenta e nove cêntimos; Jardim de Infância Número Dois de Almeirim - trinta e três euros e oitenta e quatro cêntimos; Escola da Tapada - vinte e sete euros e cinquenta e seis cêntimos; Casa de Repouso S. João Batista - duzentos e noventa e dois euros e dois cêntimos; Lar São José e Casa de Repouso S. João Batista - duzentos e setenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos; Associação de Paço dos Negros - duzentos e oitenta e oito euros e sessenta e seis cêntimos; Escola da Serra e São José - trezentos e quarenta euros e quarenta e oito cêntimos; duzentos e setenta e seis euros e trinta e seis cêntimos; Escolas de São José, Serra e Paço dos Negros - noventa e dois euros e sessenta e dois cêntimos; Escolas de São José, Serra, Paço dos Negros e EB 2 e 3 Fazendas - noventa e três euros e trinta e sete cêntimos; Escola de arianos e EB dois e três de Fazendas - cento e noventa euros e vinte e um cêntimos; CRIAL - cento e quarenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos; União

de Veteranos de Almeirim - cento e cinquenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - cento e quatro euros e oitenta e sete cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim - cento e sessenta e dois euros e noventa cêntimos; Creche da Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim - cento e oitenta e dois euros e setenta e dois cêntimos; Hóquei Clube Os Tigres - duzentos e trinta e um euros e setenta e um cêntimos; Escolas de Benfica, Cortiçóis e Jardim de Infância de Benfica - cento e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos; Rancho Folclórico Paço dos Negros - duzentos e noventa e sete euros e dezasseis cêntimos; Escola da Serra - sessenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos; Rancho Folclórico Infantil de Fazendas de Almeirim - trezentos e trinta e cinco euros e quarenta e um cêntimos; Associação de Estudantes Escola Secundária de Almeirim - quarenta e dois euros e dois cêntimos; Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do município - dois mil oitocentos e treze euros e vinte e sete cêntimos.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - Foi presente o fax da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim comunicando ter adquirido um autocarro de passageiros de quarenta e sete lugares de cento e noventa e quatro mil oitocentos e dezasseis euros e oitenta e seis cêntimos, do qual pagou uma parte e efectuou leasing de cento e oitenta mil euros pelo período de sessenta meses. Considerando que aquela autarquia suporta os encargos do transporte de crianças de Paço dos Negros para Fazendas e de Fazendas para Almeirim, agravada pelo aumento dos combustíveis, solicita que a Câmara assuma o pagamento integral do leasing do autocarro, que desde já fica ao dispor do município.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, em primeiro lugar, a Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim deve ser apoiada na mesma base de apoio da de Benfica do Ribatejo e se é a Câmara a pagar o leasing que venha à reunião a prova do concurso público para o leasing e para a compra do autocarro.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que não está contra o financiamento deste tipo de aquisições, dado que é fundamental para as crianças de Paço dos Negros e Fazendas de Almeirim e todos os residentes vão beneficiar deste transporte, incluindo as associações e os clubes recreativos. Todavia há dúvidas se a Junta de Freguesia comprou ou fez leasing e só estaria em condições de votar se tivesse conhecimento de quais os instrumentos que levaram à aquisição do autocarro.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que, para além das vicissitudes legais, não está disposto a votar favoravelmente porque é uma verba grande e dilatada no tempo que, com o aumento dos combustíveis e das dificuldades das autarquias perspectiva um aumento dos contratempos daquela freguesia. E considera que também não devia ser decidido hoje.--

-----O Sr. Presidente disse que a sua posição é que todas as questões aqui levantadas pelos Srs. Vereadores são da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia sobre as quais nenhum elemento da Câmara nem a Câmara em si será chamada a responder. O mesmo aconteceu quando subsidiámos a compra do autocarro pela Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo.-----

-----A sua proposta é que a Câmara conceda uma transferência financeira à Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim correspondente a cinquenta por cento do valor total do autocarro, isto é, cinquenta por cento de cento e noventa e quatro mil oitocentos e dezasseis euros e oitenta e seis cêntimos, a pagar em sessenta prestações mensais.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que não está contra a atribuição do subsídio à Junta de Freguesia de Fazendas, pelo contrário, mas temos de ter cabimentação prévia e desde que haja dotação orçamental na rubrica própria, até pode concordar.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que normalmente estaria disponível para aprovar esta proposta do Presidente da Câmara, no entanto, hoje não o pode fazer, porque lhe chegou a informação de que o autocarro foi adquirido através da Central

de Compras do Estado e foi feito leasing sem concurso público. Tenho o dever, tendo tomado conhecimento, de exigir provas de que isto não é assim. Não tenho dúvidas em aprovar se me fizerem a prova de que não é verdade. E exijo a prova, se for aprovado.-

-----Em seguida o Sr. Presidente disse que vai submeter à votação a sua proposta e o Sr. Vereador Pisco dos Santos referiu que se o Sr. Presidente tem conhecimento que houve concurso deve dizê-lo.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que pode chamar a atenção da Junta de Freguesia mas não pode imiscuir-se nas deliberações doutro órgão autárquico. E pode sempre perguntar o que se passou.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que estava disposto a viabilizar mas, com esta informação, vai votar contra.-----

-----Da votação resultou a aprovação da proposta do Sr. Presidente, com os votos a favor do próprio e dos Srs. Vereadores Pedro Ribeiro, Joana Baptista e José Carlos da Silva e contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que está totalmente disponível para rever esta decisão desde que sejam criadas as condições legais para votar em segurança.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou:-----

-----"Estava disposto a viabilizar esta proposta do Sr. Presidente com as reservas já colocadas mas, face às dúvidas suscitadas pela Vereadora Manuela Cunha em relação à não efectivação de concurso público para o leasing, da responsabilidade da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, vou votar contra e fazer voto de vencido."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse:-----

-----"O PSD é a favor que se apoiem todas as freguesias que solicitem à Câmara Municipal subsídios para aquisição de autocarros de passageiros e, neste caso particular, tinha intenção de votar a favor da transferência proposta pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

-----Em todo o caso, dado que foram suscitadas dúvidas legais, a meu ver legítimas, e que se inserem nas obrigações e deveres a cargo dos eleitos locais, não poderei dar o meu voto favorável sem que se esclareça se a Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim adquiriu o autocarro de passageiros através de concurso público conforme dispõe a lei e que a Junta de Freguesia não se encontra excluída do âmbito do Decreto-Lei nº 197/99 que regulamenta a aquisição de bens e serviços por parte da administração pública.-----

-----O PSD reanalisará a sua posição logo que o Sr. Presidente da Câmara traga a esta reunião documentos idóneos que evidenciem o lançamento de concurso público e adjudicação.-----

-----Se desse o meu voto a favor na presente reunião estaria de forma dolosa a cometer o crime de prevaricação previsto no Código Penal."-----

-----Ainda a pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências financeiras:-----

-----Rancho Folclórico Os Camponeses da Raposa, para o seu festival - quatrocentos e cinquenta euros; Junta de Freguesia de Almeirim, para as comemorações do Vinte e Cinco de Abril - quatro mil seiscentos e quarenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, para as comemorações do Vinte e Cinco de Abril - seis mil cento e quarenta euros; Junta de Freguesia da Raposa, para as comemorações do Vinte e Cinco de Abril - onze mil oitocentos e sete euros e cinquenta cêntimos; Secção Tigres do Pedal do grupo Desportivo Raposense, para a sua maratona - quinhentos euros; Jardim de Infância número três de Almeirim, para a festa de fim de ano - trezentos euros; União de Veteranos de Almeirim, para o torneio de futsal - seiscentos euros; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, para o II Torneio da Ribeira de Muge - mil euros e foi ainda deliberado ratificar a decisão de oferecer a refeição aos participantes.-----

-----Sob proposta do Sr. Vice-Presidente a Câmara deliberou atribuir as transferências de dois mil euros cada à Associação

Desportiva Fazendense e à Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, para manutenção da relva artificial dos respectivos campos.-----

-----Para a deliberação que segue ausentou-se o Sr. Vice-Presidente por se considerar legalmente impedido:-----

-----A pedido da Secção de Petanca da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, o executivo deliberou conceder a transferência de mil euros e oferecer o almoço para cem participantes, no dia vinte e dois de Junho, com destino ao Terceiro Torneio Aberto em Doublette.-----

-----Retomou o seu lugar o Sr. Vice-Presidente.-----

-----CONTRATO DE ARRENDAMENTO - O Sr. Vice-Presidente apresentou a minuta do contrato de arrendamento a celebrar entre o Município de Almeirim e a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA, para instalação de um bastidor técnico na torre já instalada por outra operadora no lote número cinquenta e quatro A da Zona de Actividades Económicas de Almeirim. Solicitou a colaboração dos seus pares na consecução da proposta de redacção diferenciada da que foi proposta pela empresa e já objecto de reparos por alguns elementos do executivo, com vista a contrapropor à empresa, bem como a definição da renda.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que o contrato com a Vodafone já aqui tinha vindo e já tinha referido um conjunto de questões relacionadas com as cláusulas do contrato, dado que a minuta apresentada não salvaguarda devidamente os interesses do Município. Verifica que as mesmas não foram acolhidas, já que o contrato está na mesma e, pelo menos no que diz respeito à resolução e denúncia, bem como o local de foro, devia ser alterado.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que o assunto foi focado em reunião anterior e levantou-se a questão da localização. Iniciou dizendo que o assunto já tinha sido presente e, naturalmente, lhe parece pertinente que a Câmara faça as alterações que

entenda, para responder à Vodafone e aquilatar da sua aquiescência. Também concorda que devemos fazer uma contra-proposta na questão da comarca de foro, da renovação e, eventualmente, nas questões financeiras.-----

-----Após discussão do clausulado, a Câmara deliberou, por maioria, aprovar a minuta do contrato de arrendamento a celebrar com a Vodafone, para os fins indicados, ficando definidas as alterações na minuta do mesmo de que o foro da comarca será o de Almeirim, a renda mensal será de quinhentos euros e a renovação será automática se não for denunciada no prazo legal. Votaram contra com votos de vencido os Srs. Vereadores Pedro Pisco dos santos, Manuela Cunha e Francisco Maurício.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou: "Voto contra pelas razões invocadas anteriormente, o clausulado da minuta não salvaguarda o interesse do Município quanto à denúncia e resolução do contrato."-----

-----VOTO DE LOUVOR - Foi presente a proposta do Sr. Presidente com vista a exarar um voto de louvor à atleta Andreia Almeida, pela conquista da medalha de ouro de karaté em juvenis kumité-cinquenta quilos.-----

-----A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade e escrutínio secreto.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício expressou as suas felicitações à atleta.-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - O executivo tomou conhecimento da comunicação da A.N.M.P. que acompanha informação dos Serviços Jurídicos sobre os Projectos de Especialidades que devem instruir os pedidos de Licenciamento, nos termos da Portaria nº 232/2008, de 11 de Março.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - O Sr. Presidente apresentou o caso exposto pelo Gabinete de Acção Social respeitante à morte por acidente do cidadão romeno Alexandru Csaki, que foi residente em Almeirim

e que a família pretende ver trasladado, após cremação, para o país de origem e para o que solicita apoio.-----

-----A Câmara deliberou aconselhar a família a dirigir-se à respectiva Embaixada.-----

-----REFEITÓRIO MUNICIPAL - A Câmara deliberou ratificar o Despacho da Sr^a Vereadora Joana Baptista que determinou o fornecimento de cento e dez refeições no Refeitório Municipal, por ocasião do Festival de Folclore.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----TRÂNSITO - A requerimento da Farmácia Moderna, a Câmara deliberou criar dois lugares de estacionamento privativo dos utentes deste estabelecimento, junto ao número quinhentos e quatro da Rua Dr. Guilherme Nunes Godinho, em Fazendas de Almeirim.-----

-----TRANSPORTES URBANOS DE ALMEIRIM - Foi presente o requerimento de Maria Felícia Domingos Ferreira solicitando autorização para viajar nos Transportes Urbanos de Almeirim com um carro de compras, pois não tem transporte próprio e sofre de doença de Parkinson há vários anos que lhe limita as capacidades motoras.-----

-----A Câmara deliberou deferir o pedido, a título excepcional, pelas razões invocadas.-----

-----ALQUEVE - Foi presente o requerimento de João Maia Martinho solicitando a prorrogação por mais um ano do prazo para aproveitamento do lote número cento e um da Urbanização do Alqueve com construção, em virtude de só agora ter possibilidade de começar a construir, bem como autorização para hipotecar o mesmo lote em garantia real de financiamento à construção.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----HIPOTECA - Foi presente o requerimento de António Manuel Aveiro Pinto solicitando certidão com destino ao cancelamento da inscrição hipotecária proveniente do empréstimo para construção da sua habitação, na Rua Diamantino Máximo Monsanto, número cinquenta e dois, em Fazendas de Almeirim, em virtude do mesmo se encontrar completamente pago, como prova.-----

-----A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

-----**2 - PESSOAL**-----

-----Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou custear a carta de pesados ao trabalhador António João dos Santos Serôdio, no valor de seiscentos e sessenta e oito euros e noventa e um cêntimos, por se mostrar necessário para os serviços.-----

-----Às doze horas e trinta minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição